

Ainda sobre metodologia

Still methodology

SOLANGE PUNTEL MOSTAFÁ *

Biblioteconomia e Ciência da Informação. Demarcações filosóficas. Neokantismo e neopositivismo. A razão na história. A unidade de métodos no neokantismo, neopositivismo, sistemismo e marxismo. Pressupostos das correntes metodológicas. Biblioteconomia e Método Científico.

Começarei por situar a questão metodológica no interior da teoria do conhecimento embora a colocação do método científico clássico das ciências como uma atitude pré-kantiana do conhecimento seja insuficiente.

Não há dúvida nenhuma de que a biblioteconomia se movimenta metodologicamente pelas avenidas do método das ciências, o método experimental (o que não é ao meu ver nenhum elogio!).

Como situarei o método científico como postura epistemológica anterior a Kant, ou no limite, apenas kantiana, forçosamente terei que admitir que a biblioteconomia é reacionária e conservadora na construção do seu objeto.

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia.

Ao recusar a rígida separação entre epistemologia e ética, ou entre ciência e vida, ou entre saber e trabalho ou a mais conhecida separação, entre teoria e prática, considerarei a metodologia como aquela parte da filosofia que pergunta pelo conhecer do ser.

São três os momentos inseparáveis da tarefa filosófica de todos os tempos: no primeiro momento pergunta-se pelo ser (o que é o mundo), o que coloca a questão do conhecer, e já que se conhece o ser é necessário perguntar pela verdade sobre esse conhecimento do ser. Esses três momentos sempre estiveram ligados e foram resolvidos diferentemente pelas civilizações antiga, medieval e moderna. Mas a consciência de tematizar o método só nasce no período moderno onde imediatamente vem-nos à mente a riqueza do século XVII: Descartes e a *mathesis universalis* (o ideal do conhecimento matemático, Bacon, Galileu).

Na riquíssima civilização grega, toda uma trajetória epistemológica é traçada com os filósofos pré-socráticos antes de culminar na estrela de Aristóteles. A estrela de Aristóteles vai brilhar por séculos a fora, e tudo o que se produzirá em termos epistemológicos, até Tomás de Aquino, na Idade Média, serão apenas releituras do grande Aristóteles.

Nós bibliotecários sentimos ainda bem de perto o peso de sermos aristotélicos, o que para nós do século XX não resulta em nenhum elogio: é o peso da tradição! De dentro de nossas bibliotecas contemplamos aristotelicamente o conhecimento da humanidade. Enganam-se aqueles que julgavam Aristóteles superado!

Hoje em dia não se pode fugir ao debate com o Círculo de Viena que efetivamente é quem influencia quase tudo sobre métodos nos quatro cantos do mundo. Como o seu próprio nome indica, falar do positivismo lógico ou dos seus sinônimos (empirismo lógico, ide-

lismo lógico ou ainda neopositivismo) é seguir uma trajetória milenar, pois a filosofia não muda a sua temática principal, apenas a recoloca: é um discurso que, apesar de ser o mesmo, não é repetitivo, de vez que a filosofia não se nutre de si mesma. Ela é uma reflexão sobre o ser, sobre o mundo. O mundo vai se modificando, e a filosofia vai se recolocando, explicitando a veracidade da tese marxista quando diz que o pensamento e as idéias são a expressão das condições materiais de existência.

É fundamental entendermos que o saber sobre o ser (a ciência, a filosofia, a arte, a instância jurídica) é posto pelas necessidades de sobrevivência dos homens, de onde buscarmos entendimento para o surgimento de um Pitágoras na Grécia (depois da geometria ter sido «vivida» às margens do Nilo, no Egito) ou um Descartes contemporâneo de Bacon ou Kant construindo a sua filosofia em cima da física de Newton; de onde entender o dinamismo da epistemologia de Bachelard sem a física einsteiniana? Em tudo isso paira a máxima de Marx: os conhecimentos são resultado da interação dos homens com a natureza e devem por isso mesmo sempre ser remetidos às relações de produção, isto é, às relações de sobrevivência dos homens, às relações de trabalho. Guardemos por enquanto essa sinonímia: produção, sobrevivência, trabalho. São três termos sinônimos para Marx. Relações de produção não significam necessariamente relações de fábrica. Isso é importante para não cairmos no engodo de acreditar que os conhecimentos são independentes dos homens como nos quer convencer Popper com a tese do saber sem sujeito. É na base dessa inversão idealista que pairam muitas das especulações metodológicas. O próprio método elevado à categoria de passos que necessariamente conduzem à verdade como é a herança que Descartes nos legou, já é indicativa da inversão. Se o método é algo que pode ser tratado

separadamente do conteúdo a metodizar, então o melhor cientista é o computador.

Duas correntes nos são particularmente importantes dada a sua influência no mundo contemporâneo: o neokantismo que nos remete diretamente às origens — o próprio Kant e o neopositivismo que pede uma expli-cação do próprio positivismo. Isso tudo é enorme.

Faremos só indicações de onde poderemos pensar a metodologia em biblioteconomia pois a biblioteconomia como qualquer outra ciência positiva nutre-se do fisicalismo neopositivista para construir o seu objeto.

1. BIBLIOTECONOMIA E CIENCIA DA INFORMAÇÃO

A tese que defenderei possivelmente revelar-se-á contrária às demais apresentadas. Não é necessário fazer um grande exercício de abstração para perceber a trajetória da biblioteconomia em termos de construção epistemológica porque a trajetória dos métodos nas ciências é a mesma em todas as áreas.

Basta pensar no nome adotado pela biblioteconomia — Ciência da Informação — para daí já termos elementos de análise. Se a informação é a informação científica (predominantemente), a forma de tratar a informação deve também ser científica e como tal, ela pode reivindicar para si o estatuto de uma meta-ciência, isto é, uma ciência das ciências.

O pessoal da vertente humanista, isto é, os clássicos da biblioteconomia americana são mais modestos. Eles ao invés de uma metaciência postulada pelos cientistas da informação, falam, quando muito, de um projeto interdisciplinar onde a biblioteconomia seria a mais interdisciplinar de todas as ciências humanas ou sociais. E o adjetivo aqui é rico de consequências: a aproximação da biblioteconomia com as ciências sociais

em geral coloca problemas diferentes da aproximação da biblioteconomia com as ciências físicas da natureza. A primeira via é preferida pelos humanistas tradicionais como Pierce Butler ou Jesse Shera. A segunda via é reivindicação de cientistas como Solla Price ou toda a vertente da nova geração de autores. A relação sujeito-objeto assume conotações diferentes naquelas aproximações: defenderei uma mesma postura epistemológica para as ciências físicas ou sociais apoiada na máxima de Marx de que só existe uma ciência: a ciência da história. Marx está querendo dizer que mesmo as ciências naturais são elas mesmas resultado da interação dos homens entre si e portanto as ciências da natureza devem também estar subordinadas àquela interação. Não podem em hipótese alguma prescindir dos valores humanos.

A unidade metodológica que reinvindico cai para o lado do homem e das ciências humanas mais do que para o lado das ciências naturais, já que a natureza deve ser humanizada. A distinção portanto só é válida até certo ponto porque na realidade essa dicotomia serve mais para obscurecer a relação do que esclarecer a íntima vinculação entre história e natureza. Em todo caso uma discussão riquíssima sobre essa distintividade está em *Ciências Humanas e Filosofia* de Lucien Goldman. (6)

O fato é que lá nos humanistas somos uma disciplina que liga as outras disciplinas. Aqui nos científicos somos meta-ciência, uma ciência que dá conta da estrutura comunicativa das outras ciências.

Filigranas à parte, o certo é que somos nas duas visões o centro do saber.

Transcorridas já algumas décadas, já não se pensa em voltar atrás. A polêmica ciência-arte já está meio fora de moda de vez que o encontro do Georgia Technology foi decisivo para a nova visão: ela será Ciência da Infor-

mação e como tal «a ciência que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processar informação para acessibilidade e uso ótimos. O processo inclue a geração, disseminação, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo é derivado e/ou relacionado com as matemáticas, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia computacional, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e alguns outros campos». (3)

Assim aconteceu também com todas as áreas de humanas, retardatárias todas elas do século XIX. Uma a uma foram surgindo e seguindo fielmente os conselhos de Augusto Comte nesse meado do século passado: autonomia para as diversas áreas do saber. De agora em diante psicologia, sociologia, enfim, toda e qualquer região do saber há que ficar de pé por si própria. Como? Há um método para isso. Há um espírito novo em voga: o espírito positivo de agora em diante servirá de cimento para separar os muros do saber. E se os muros de cada ciência podem se manter por conta própria não há mais porque fazer filosofia. Augusto Comte vem no século XIX para dizer exatamente isso: a filosofia já era! A filosofia, se tiver alguma utilidade será somente para unificar as várias regiões particulares do saber mas unificar por alto, semelhantemente à unificação que a biblioteconomia opera no conhecimento. Da mesma forma que o conhecimento não precisa da biblioteconomia para crescer (não imediatamente), as ciências de Comte também não necessitam da filosofia para existir. A filosofia será positiva: espelhará no saber a positividade do real na linha mesma de duplicação.

A psicologia por exemplo não deveria mais ser apêndice da filosofia. Nem a política igualmente. A sociologia

agora não mais seria ética social. Tudo isso teve vantagens e desvantagens enormes: projeto interdisciplinar algum consegue reunir o saber (não por ausência de competências regionais) mas exatamente por ausência de pressupostos filosóficos dentro de cada área ou saber particular, fazendo com que os laços interdisciplinares sejam sempre construídos na base da justaposição de saberes, donde a ausência de interdisciplinaridade.

Situemo-nos: a biblioteconomia constrói o seu objeto de maneira positiva chegando mesmo a um certo fiscalismo. O positivismo faz a duplicação do real no saber, à moda da fotografia. Pense-se nas estantes de bibliotecas, pense-se nas classificações bibliográficas como aproximação rápida e grosseira do que significa a biblioteconomia positivista.

O fiscalismo é a atitude filosófica dos pensadores do Círculo de Viena.

Contraporei neokantianos e neopositivistas não para dar vantagens a um ou outro mas para situar ambas as correntes como atitudes que pretendem avançar Kant de um lado e o empirismo de outro, mas que acabaram tão atomistas quanto as filosofias anteriores a Kant. É a atitude pré-kantiana do conhecimento que Goldman e Habermas imputam às filosofias atomistas dos neokantistas e neopositivistas (Habermas vai pela vertente clássica do próprio Comte e do pragmatismo americano).

Mas no que consiste a atitude pré-kantiana do conhecimento? Quem é Kant na teoria do conhecimento?

2. DEMARCAÇÕES FILOSÓFICAS

O problema deixado por Descartes (*a res cogitans* e *a res extensa*) foi tratado diferentemente por duas correntes clássicas que desenvolveram cada uma a sua maneira, a filosofia cartesiana. Descartes disse: Eu penso!

Não parece nada errado alguém pensar, mas fazê-lo entre 1500 e 1600 da era cristã já é algo extraordinário. «Je pense donc j'existe». Descartes inaugura assim o racionalismo filosófico. De uma racionalidade baseada na fé ao Deus transcendente começa a surgir uma racionalidade que tem o homem no centro do mundo; até então a humanidade era gerida por uma racionalidade exterior ao homem, quer nos gregos quer na civilização romana medieval. A racionalidade grega eraposta por um princípio ordenador do mundo que era exterior ao comando dos homens e deuses (o *Nous* de Anaxágoras, o motor imóvel de Aristóteles, o demiurgo, o Bem de Platão).

Os deuses também sofriam as penalidades do destino. O mundo era fechado, pronto. A Idade Média fala em santos, santidades e mártires. Na Idade Moderna inaugurada por Descartes o homem começa a gerir o mundo com as mãos. Galileu dizia: «eu quero tocar o mundo com as mãos e não somente contemplá-lo». Nenhuma autoridade exterior à razão humana deveria de agora em diante presidir o destino dos homens. Daí humanismo, renascimento, iluminismo.

Varia no entanto a forma como essa racionalidade moderna é assumida: os racionalistas intelectuais ou intucionistas entendem que a fonte de todo o conhecimento é a própria razão.

A experiência só serve para confirmar as verdades já intuídas na razão. Os racionalistas empiristas se colocam exatamente na corrente contrária: é pelos sentidos e somente através deles que o homem ganha conhecimento. Essa era a grande questão que sobrava da filosofia de Descartes. Descartes disse que pensava e pensava segundo um método. A passagem do pensamento para o mundo é que era problemática. Eu penso e penso o mundo. Há um método para isso. Descartes parou aí.

Conciliar o pensamento com a extensão era uma questão aberta a ser tematizada pelos homens do século seguinte. A forma de pensar é que estava assegurada: o método é geométrico, matemático e por isso universal porque aplicável a toda e qualquer região do saber. Racionalistas como Leibniz, Spinoza, Malebranche ficaram com o eu, com o pensamento, enquanto que os que preferiram o mundo deram no empirismo: Locke e Hume. Duas correntes opostas: no racionalismo crê-se ser a razão a fonte de todo o nosso conhecimento; no empirismo crê-se ser a experiência e somente a experiência que possibilita o conhecimento. São famosas aqui a imagem da nossa mente como uma folha de cera aonde as experiências vão se impregnando para dar origem às idéias (formulação do empirista Locke) e as associações de idéias de Hume.

Ora Kant veio mostrar que uma coisa não ocorre sem a outra. Era estéril a polêmica entre razão e experiência. A razão não caminha sem a experiência sensível. A experiência sensível é cega sem as teorias de amarração.

Tanto o racionalismo quanto o empirismo clássicos se movimentaram dentro de uma concepção antiga do conhecimento porque ambas admitiam o em-si da metafísica clássica aristotélica: a razão em-si mesma ou o mundo sensível em si mesmo. Aliás a revolução de Descartes ficou presa também à concepção metafísica anterior porque o «eu que pensa» de Descartes não era ainda um eu cognoscente, era um *res cogitans*, isto é, uma coisa que pensa, um pensamento pensante por assim dizer. Nesse sentido Descartes não tinha feito uma verdadeira revolução intelectual. Sua revolução podia ser comparada à revolução que Aristóteles fizera na filosofia de Platão, isto é, uma revolução do tipo reforma, presa ainda às mesmas formas de pensar. Revolução filosófica mas não intelectual.

Mas de qualquer forma, a idade moderna, sem dúvida alguma, inaugura uma nova racionalidade onde o homem tem um papel a desempenhar. Em Kant esse papel é levado ao extremo e, agora sim, podemos dizer que, estamos diante de uma verdadeira revolução filosófica-intelectual: não existe absolutamente mais nada em-si, mas apenas em relação comigo. Aquilo que os gregos nunca puderam enfrentar, o abismo do homem, a interioridade, a subjetividade, estava agora inteiramente à mostra e é essa capacidade do sujeito de construir ou pôr o mundo que se chama idealismo filosófico: a crença de que as idéias criam as ações, o objeto, a realidade. O papel ativo do sujeito colocado pelo idealismo foi reconhecido por Marx como legítimo na 1^a tese contra Feuerbach:

Diz Marx: (10)

«a falha fundamental de todo o materialismo precedente (inclusive o de Feuerbach) reside em que só capta o objeto (gegenstand), a realidade, o sensível, sob a forma de objeto (objekt) ou de contemplação (Anschauung), como atividade humana sensorial, como prática; não de um modo subjetivo. Daí que o lado ativo tenha se desenvolvido de modo abstrato, em contraposição ao materialismo, pelo idealismo, o qual, naturalmente, não conhece a atividade real, sensorial, como tal. Feuerbach aspira a objetos sensíveis, realmente diferentes dos objetos conceituais, mas não concebe a própria atividade humana como uma atividade objetiva (gegentärdliche). Por isso, em A essência do cristianismo, só se considera como autenticamente humano o comportamento teórico, e, inversamente, a prática só é captada e plasmada sob sua forma judia de manifestar-se. Daí que Feuerbach não compreenda a importância da atividade 'revolucionária' da atividade crítico-prática».

Das colocações de Marx já é possível apreender as vantagens e também as limitações não só dos idealismos (de Kant ou de Hegel) como também dos materialismos do século XIX que em larga medida é uma retomada do empirismo inglês anterior a Kant. É famosa a posição de dois materialistas: o médico francês Cabanis e o zoólogo Carlos Vogt para quem o pensamento não passa de uma secreção tal qual a bálsio para o fígado. Mas há também Huxley, Clifford, Ribot, Hartley, Priestley e outros, todos cientistas materialistas concebendo os fenômenos psíquicos como apenas epifenômenos dos mecanismos orgânicos.

Muito bem: ao apontar Kant como o primeiro corte do realismo ingênuo reinante na metafísica clássica aristotélica não significa que Kant não tivesse tido os seus limites. Hegel e Marx virão dar conta da insuficiência kantiana na relação do conhecimento. O importante porém é compreender o alcance de cada pensador que dentro dos limites da época e do caldo cultural, consegue operar rupturas. Desde sempre até o século XVIII a relação sujeito-objeto mantinha o acento no objeto $S \leftarrow O$. Kant inverte a flecha do vetor epistemológico: o acento está no sujeito $S \rightarrow O$. O sujeito é ativo e não somente passivo. Hegel e Marx farão dinamizar a relação, conservando a atividade do sujeito mas recuperando também as determinações do objeto $S \rightarrow O$. Especialmente em Hegel os objetos não estão isolados, cada qual com sua própria identidade que os distingue dos demais como a relação de Aristóteles entre as essências e atributos. Os sujeitos também não existem em si mesmos mas são todos contrapostos. A caneta com que escrevo está contraposta ao papel. Ela só se reconhece caneta na presença do papel e vice-versa, o papel não contém nada em si que o faz papel mas é a sua proximidade com a caneta que o faz se reconhecer, se manifestar e se

realizar como papel. A essência do objeto não está nele, mesmo como o invariável ou no conceito dele, mas na sua relação com os demais. Conceito em Hegel é relação.

Quando Kant coloca o objeto pelo sujeito (tudo o que eu conheço é o que se manifesta a mim) ele admite a existência de um fundo que determina aquele fenômeno mas que, por não se manifestar, é incognoscível pela razão. Só dá para se conhecer o fenômeno enquanto ele mesmo. Enquanto tal, isto é, enquanto em-si, a coisa é incognoscível. A razão não chega até lá. A razão conhece só o fenômeno, isto que eu vejo. Resultado: ciência para Kant é somente o conhecimento daquilo que se manifesta. A coisa-em-si fica no horizonte como inacabamento, como absoluto. Hegel e Marx vão tirar essa coisa do horizonte e colocá-la ao alcance do homem. Fenômeno e Coisa-em-si de fato não coincidem mas nem por isso estão separados radicalmente. Estão juntos mas, por causa do movimento contraditório do real (que para Kant não tinha nada de contraditório), aparecem em momentos distintos: é pelo fenômeno que a coisa-em-si se revela e da mesma forma também é por aí que ela se esconde. Colocar Hegel e Marx como rupturas de Kant significa elogiar o próprio Kant. É o Kant bem interpretado. São as rupturas necessárias por onde progride a teoria do conhecimento.

2.1 Neokantismo e Neopositivismo

Outra coisa bem diferente é tomar o viés que teve na Alemanha (originalmente) o movimento de retorno a Kant, o neokantismo, e em Viena, o neopositivismo, que de saída eliminaram a aspiração à totalidade, ao absoluto, às determinações genéticas, à coisa-em-si. E por aí trilham todas as correntes científicas de hoje em dia numa recusa absoluta do absoluto.

O neokantismo surgiu como reação ao positivismo pois sabe-se do desprezo que Augusto Comte nutria pela filosofia enquanto sistema. Comte confessa-se um mal leitor de Kant e afinal, o espírito positivo agora só necessitaria dos fenômenos e suas relações no âmbito das determinações causais. A deposição do sujeito no positivismo é necessária porque já no sé culo XIX as ciências apresentam um certo grau de virilidade. Não se trata mais de tematizar as condições de possibilidade do conhecimento ou até onde a razão pode ir (questão central de Kant) porque Comte já têm diante de si uma ciência manietada com a indústria desenvolvida. A ciência na época de Comte já estava «funcionando». No século anterior a física de Newton ainda era uma bela física.

Augusto Comte não conversa mais sobre o intelecto dos homens. Ele parte do conhecimento pronto e eleva as ciências ao estatuto de filosofia (filosofia positiva), sem passar pelo sujeito do conhecimento. A reflexão comteana transforma assim a teoria do conhecimento diretamente em teoria da ciência, agora tornada metodologia e, como tal, sem sujeito. Apenas um método, um caminho das ciências posto pelas ciências e para as ciências. O positivismo é assim uma metafísica das ciências na medida em que confere valor absoluto às ciências. Hipostasia as ciências em absoluto. A ciência passa a ter valor em-si mesma.

Tanto que Comte vai dizer que é a reforma intelectual dada pelas ciências via o espírito positivo que irá reformar a sociedade anárquica do século XIX. Para Comte a sangrenta luta de classes necessária à acumulação do capital não passava de uma desordem social advinda pelo predomínio da metafísica e a perda de tempo com as primeiras causas. Agora sim, de posse do espírito positivo que a sua filosofia inaugura, a humanidade vai se regenerar e elevar-se a uma vida digna de

fraternidade. É o idealismo que sub-repticiamente se introduz no espírito positivo de Comte: a inversão idealista e a crença de que as idéias intelectuais ou morais, sozinhas, reformam a sociedade, sem nada a ver com as relações de produção.

O neo kantismo contrário ao positivismo e insurgindo-se contra ele reivindica novamente o sujeito para fazer as ciências, reconhecendo na ciência apenas uma das instâncias intelectuais dos homens, o que permite ao neokantismo tematizar também a estética e a moral. Mas sua principal contribuição será em torno dos métodos das ciências; porém uma metodologia entendida agora enquanto busca das condições de validade do conhecimento científico, da questão das possibilidades do ato cognitivo nas ciências, como queria Kant, indo dar na corrente metodológica de Marburgo e na escola de Baden de onde partem vários nomes famosos: Cohen, Rickert, Cassirer, Brunschvig (mentor de Bachelard), Weber, Dilthey, Simmel esses três últimos configurando o **historicismo alemão** cujo ponto em comum é recuperar a especificidade das ciências do espírito fazendo a «crítica da razão histórica» — Kant havia feito a 'crítica da razão pura'.

O retorno a Kant é caracterizado pela crença na objetividade do conhecimento (daí o idealismo). Até aí tudo bem. Mas ao simplificar a problemática de Kant entre fenômeno e coisa-em-si, o neokantismo reza na mesma cartilha do positivismo de vez que a ciência fica sendo em Cohen por exemplo, a busca das leis. A coisa-em-si ou as determinações das leis, os neokantismos dão como descuido de Kant e sem a autorização do mestre procedem à sua eliminação pura e simples. Um problema que para Kant era difícil mas nem por isso ele passou por cima — a categoria totalidade fora dada morta, para efeito de simplificação.

Já Augusto Comte no seu simplismo evangélico nem necessitara considerar a coisa-em-si porque já partira sem ela.

A palavra-chave do Círculo de Viena é fisicalismo pois tal qual o velho positivismo do século anterior, o neopositivismo também privilegia a ciência e a considera como a única forma de conhecimento.

Os enunciados que não forem possíveis de verificação física são sem sentido para as ciências. Tal qual o positivismo de Comte, conhecimento é conhecimento científico. A diferença é que aqui o policiamento é sobre a linguagem e a sua significação. Indução, probabilidade e sobretudo a física como arquétipo principal, como ciência modelo.

Disso tudo fica uma certeza já colocada por Kant: conhecimento é união da razão com a experiência. Todas as correntes estão de acordo com isso. O problema não está aí.

A dialética razão-experiência está implícita em Comte, nos neokantismos e no neopositivismo e até em Popper e Bachelard, que não por acaso têm suas matrizes respectivamente no neopositivismo e no neokantismo. (Porque brigar tanto pela dedução se o movimento do conhecimento é união indissolúvel de indução-dedução?).

O problema está na fixidez/rigidez com que os termos razão e experiência são definidos, porque quer a razão quer a experiência sensível são, no cientificismo, consideradas como um dado, algo que é independente do tempo e do lugar exatamente como os abstratos-universais da metafísica clássica. A noção de lei no positivismo e a correspondente noção de causalidade acabam por serem colocadas fora da história, sendo válidas para todo o tempo e lugar. Foi necessário esperar Marx para dar conta da historicidade do conceito (que aliás Hegel já antevia como relação e não um simples

nome que se dá às coisas). Nessa exposição que Marx faz sobre o método da economia política ele dirá que as categorias, mesmo as categorias mais abstratas, são elas mesmas produto de condições históricas bem determinadas.

O que significa historicizar o movimento do conhecimento? Água não é H_2O sempre e em todo lugar? É e não é. O ter a água como objeto de estudo não está no interior dela mesma embora a motivação de tê-la como objeto de estudo já aponte para o conhecimento do seu funcionamento. A **necessidade** e as **finalidades** surgem como originárias na relação conhecimento-interesse. A gente conhece aquilo de que necessita. A gente quem? Nós quem?

2.2 A Razão na História

A razão não pode ser fechada sobre si mesma apenas como capacidade a priori de pensar. O ser transcendental de Kant é bem isso: todos possuem a capacidade de pensar. É a razão humana, por isso, transcendental. Mas de que razão se trata no interior do século XVIII, o século das luzes? Naturalmente que é uma razão extremamente marcada pelos temas e anseios dessa nova idade da cultura: individualismo, liberdade, propriedade. É sobre o indivíduo que recai toda a racionalidade do século XVIII que aliás já estava sendo gestada nos séculos anteriores. Se bem que a transcendentalidade do eu em Kant aponte para uma comunidade humana, isto é, para o coletivo, (e portanto é uma posição menos individualista que as filosofias do racionalismo e empirismo clássico), não se pode negar que o eu de Kant é, por razões históricas do momento, um eu com uma terrível ênfase no indivíduo. Por que o indivíduo? Porque ele é o detentor dessa nova organi-

zação social chamada propriedade privada que tem, no final do século, a sua plena consolidação com o advento da revolução francesa. O indivíduo que o liberalismo contempla é sempre o indivíduo proprietário. Daí não ser possível tratar a epistemologia desvinculada de uma teoria social ou de uma ética e essas não podem estar à margem das relações econômicas de que dependem em 'última instância'.

Na passagem para o século XIX, o advento do proletariado na história deixa a razão transcendental meio fora de moda, numa posição de impotência, de vez que ela não dá conta de explicar o irracionalismo das novas relações burguesas. Por que será que uma imensa maioria de homens não podia agora se beneficiar da sua capacidade de pensar?

Evidenciou-se agora a a-historicidade da razão iluminista: a razão em Kant era anterior à história, daí a sua universalidade e ao mesmo tempo a sua impotência. Todas as discussões em torno das metodologias caem via de regra no formalismo da relação razão-experiência, sujeito-objeto. Formalismo, porque tanto razão como experiência são apreendidas primeiramente como intactas para a posteriori, se estabelecerem suas relações. A idéia de que existe uma forma a priori de conhecer que dominará o objeto inteiramente incorre no equívoco de acreditar que o sujeito está separado do objeto e vice-versa (e quanto maior for a separação diz-se que maior a acuidade metodológica). Essa forma de pensar pressupõe portanto duas imutabilidades: a do sujeito e a do objeto, um olhando para o outro, sem contudo se modificarem. É a idéia de poder, de dominação, uma vez que a imutabilidade do objeto (o objeto idêntico a ele mesmo, parado, fixo) possibilita a inteira compreensão racional do mesmo.

O sujeito igualmente idêntico a si mesmo, sem contradição, íntegro na sua racionalidade, é pressuposto

do exercício de dominação em direção ao objeto. Essa visão ainda é muito moderna e está presente no Círculo de Viena, no pragmatismo americano, em Popper. Bachelard já herda mais do dinamismo de Hegel, mas ainda mostra-se contrário a Hegel nas categorias de **contradição, negação e totalidade**.

Todas as metodologias científicas ignoram a contradição da realidade, por isso são metafísicas. Concebem o objeto e o sujeito de forma estática, imóvel, fixa, e nem um nem outro passam pelo seu ser-outro. O objeto é entendido enquanto apenas objeto sem nada de subjetivo. Igualmente o sujeito é entendido como uma razão formal sem ter nada de objetivo. Resultado: o sujeito immobilizado não pode mais ser transformado pelo objeto que ele acabou de matar.

Tudo o que todas as lógicas de pesquisa das metodologias modernas vão fazer é encaminhar passos e formas de apreensão do objeto fixo, permanente e a-histórico, pelo sujeito transcendental também fixo, permanente e a-histórico.

Ora, o homem é um conjunto de relações sociais e não uma consciência transcendental.

A posição de Popper é tão autoritária quanto a de Manheim: a verdade fica com os cientistas. Verdade sobre o que?

3. A UNIDADE DE MÉTODOS

3.1 No Neopositivismo

O neopositivismo reedita a neutralidade científica quando elimina a metafísica da esfera do conhecimento. Conhecimento no positivismo lógico é igual a conhecimento científico. Até aí tudo é igual ao positivismo de Augusto Comte. Porque então o adjetivo lógico? Porque

é a lógica da linguagem que importa já que a linguagem é em última instância, a expressão das experiências científicas.

A reedição da neutralidade científica no positivismo lógico tem agora o caráter de um best-seller na teoria da ciência.

Conhecimento é igual a conhecimento científico. E o que é conhecimento científico? É aquele que pode ser verificado na experiência sensível. Tudo o que não puder ser confirmado pela experiência física não é conhecimento. Daí fiscalismo. Na verdade o neopositivismo identifica dois tipos de juízos: analíticos e sintéticos. Os primeiros não dão uma verdade lógica e os segundos uma verdade empírica, cuja validade depende da resistência que a teoria ou hipóteses oferecem aos testes de verificabilidade ou falseabilidade (pouco importa a reconstrução de Popper se debatendo pela dedução e portanto pelo falseacionismo no lugar da verificação. A idéia da experiência sensível permanece igual quer para confirmar quer para refutar a teoria).

3.1.1 Pressupostos do Neopositivismo

Qual o pressuposto? É a de que a realidade é isso que podemos ver. A realidade se esgota no experimentável (verificável ou falseável, não importa). Tudo para afim de conformar-se aos cânones da objetividade e racionalidade científicas do teste experimental. Objetividade é a ausência do sujeito cognoscente e racionalidade é a capacidade de atingir a objetividade.

Os teóricos da biblioteconomia quando tematizam as questões metodológicas repetem a velha estória da teoria da ciência sobre a dificuldade de se obter o mesmo rigor nas ciências sociais daquele obtido pelas ciências físicas. Todos eles vão dizer que, apesar das dificuldades,

as ciências sociais já dispõem de meios para viabilizar aquele rigor. O modelo da física permanece no horizonte. A unificação do método se dá pelo lado das ciências físicas, como propõe o neopositivismo. Popper escreve **A miséria do historicismo** para propor o falseacionismo como o método verificador das ciências físicas e históricas. O discurso popperiano vem vazado pelo liberalismo confesso de que o autor é portador. O histórico em Popper não passa de tentativas reformistas graduais que ocorrem dentro do social. Apesar de Popper contestar o neopositivismo em alguns princípios básicos (a indução do círculo sendo a principal), a proposta de verificação de métodos pelo lado da física permanece. O que é mais importante entender no neopositivismo de Popper enquanto reedição ou revitalização do velho positivismo indutivacionista é a sua intenção (explícita por sinal) de desmantelamento da lógica dialética. Mais do que uma crítica ao indutivismo experimental hegemônico desde o século anterior, o que Popper pretende é afirmar a legitimidade do liberalismo democrático através da «mecânica gradual» das pequenas reformas sociais (democracia sempre entendida, claro, como hegemonia da classe dominante).

3.2 No Sistemismo

Por outro lado é curioso que a unificação dos métodos pelo lado do biologismo sistêmico tal qual nos propõe Ludwig Von Bertalanffy² é altamente aceita na biblioteconomia. Quem já não ouviu falar em sistemas ou enfoque sistêmico em biblioteconomia? Aqui a unidade metodológica é pelo lado da biologia e o que ela tem de diferente da física, isto é, a vida. A vida pressupõe a noção de interação com o meio ambiente a fim de manter o equilíbrio do sistema (organismo), que por isso

deve ser um sistema aberto em contraposição aos sistemas fechados da física convencional.

Como entender a aceitação simultânea de dois paradigmas que aparentemente são opostos? Bertalanffy não se cansa de apontar a diferença da superioridade da visão biológica sobre o fechamento da visão física. A biologia pressupõe sistemas abertos. A física clássica é explícita, isto é, só se movimenta em sistemas fechados. Só há uma forma de entender a abertura da nova teoria geral de sistemas: ela é tão fechada quanto a sua antecessora. O que há é uma simples troca de mecanismos: passa-se do mecanismo causal para o mecanismo vital, esse último parece a Bertalanffy mais cheio de vida, não tão monótono. Em *A new paradigm for information science*, B.C. Brookes (4) vai colorir o novo paradigma com notas musicais de Schubert, dizendo que a escala logarítmica do paradigma biológico é mais movimentada e dinâmica, quase musical. É curioso observar que as imprecisões grosseiras de Bertalanffy são assumidas pelos cientistas da informação. Na simplificação de Saracevic (13) em *Systems, processes and models*, até Hegel é sistêmico! De fato, para dar ao sistemismo um carácter natural e eterno mas ao mesmo tempo reivindicar para si a prioridade da compreensão e teorização sistêmicas, Bertalanffy não hesita em desenterrar Leibniz, Nicolau de Cusa, Vico e pasmem, Hegel e Marx, «para não mencionar mais do que alguns poucos nomes dentre uma rica panóplia de pensadores» (2).

Goffman (6) e Saracevic (13) vão, num tom de alerta precisar a noção de processo e sistema para que não se confundam os dois conceitos: um é dinâmico e acontece dentro do outro que, por ser o maior, pode conter elementos também estáticos: «É absolutamente essencial distinguir entre processo e sistema pois muitas confusões e contradições surgem quando a distinção não

é feita ou entendida. O processo comprehende o aspecto dinâmico do sistema, enquanto que o sistema como um todo inclui também os componentes...», diz Saracevic. Ora, essa é a visão sistêmica de processo, o que significa que é a visão anti-processual de sistema. Nada é mais anti-processual do que a visão organísmica que a teoria geral de sistemas trouxe nessa primeira metade do século XX, representada nas noções de equilíbrio, homeostase, isomorfismo, equifinalidade. A noção de processo é anti-processual: ocorre lá dentro do sistema e como para essa visão o que importam são as entradas e saídas, a contraditoriedade do que se passa no meio é tida como hipótese insondável ou, no máximo, desvios que cumpre à auto-regulação eliminar. Não é o isomorfismo a categoria chave da teoria sistêmica? A física, a química, a biologia, a biblioteconomia e a sociedade apresentam problemas estruturais comuns, daí uma teoria geral capaz de acolher os princípios gerais de todas as ciências: a lei exponencial de crescimento aplica-se a periódicos científicos, a bactérias de animais, à pesquisa científica, à distribuição de renda, aos estímulos nervosos e assim por diante. Tudo são sistemas, isto é, complexos de elementos em interação.

3.2.1 Pressupostos do Sistemismo

A sociedade é um organismo vivo. Toda coisa orgânica prima pela harmonia, pelo equilíbrio. Toda coisa orgânica distingue funções. O fundamental na distinção de funções é a homogeneidade dos órgãos na composição do todo. O todo é a harmonia. Cada órgão contribui, a sua maneira, e dentro da especificidade do seu ser, para o brilho do todo. E no caso de mudarmos o pressuposto e, ao invés de harmonia, preferirmos a contradição? Ai a visão organísmica revela-se insuficiente.

3.3 Neokantismo e Neohegelianismo

O idealismo filosófico apresentado por essas duas correntes já difere do empirismo (materialista), do positivismo lógico e da teoria sistêmica, embora revelem-se também insuficientes. Ambas as matrizes idealistas denominadas historicismo negam a possibilidade de uma unidade de métodos. Reivindicam a especificidade das ciências sociais como algo diferente das ciências da natureza. Guardando todas as diferenças das contribuições de Dilthey, Simmel, Rickert, Max Weber, uma coisa lhes é comum: as ciências do espírito tratam de um objeto diferente: o homem. A economia, a história, a linguagem, a antropologia e a psicologia lidam com as pessoas e suas representações.

3.3.1 Pressupostos do Neokantismo e Neohegelianismo

No lugar do automatismo cibernetico da teoria geral dos sistemas é colocado o homem como um ser superior ao organismo vivo. O homem é consciente e, portanto, pleno de valorações. Mas por falta da mediação da categoria trabalho na relação entre história e natureza, a natureza torna-se anti-social e a história não consegue objetivar-se na natureza. Nisso o historicismo alemão é uma retomada de Kant: as ciências naturais não conhecem história. A história se dá no âmbito do espírito e o espírito passa a ser determinante nas relações materiais. Dá-se assim uma inversão idealista: a cultura e os valores, ao invés de serem considerados como um resultado do trabalho do homem com a natureza, passam a ser fundantes e portanto incausados.

3.4 No Marxismo

É famosa a frase de Marx de que só existe uma ciência, a ciência da história. Como entender isso? Nas palavras do próprio Marx (9): «Os pressupostos de que partimos não são arbitrários nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica».

O que faz o homem diferente do animal é a sua capacidade de pensar, de antever o trabalho a realizar. O pior arquiteto é superior à mais ágil das abelhas porque o homem projeta na cabeça, no papel, antes de objetivar-se na prática. A categoria Trabalho surge como central e o que lhe dá riqueza é o seu caráter teleológico de antecipação das finalidades. Essas finalidades não são cegas ou auto-reguladas pela disposição natural das interações sistêmicas. São lutas de interesse. São lutas de classe. A interdependência dos processos sociais não se faz pela equifinalidade sistêmica. Como o próprio nome diz, equifinalidade é capacidade de se obter os mesmos fins independentemente dos pontos de partida. A teoria geral de sistemas fala em lagartixas, ouriços do mar e indivíduos humanos do tipo gêmeos idênticos: quer o ponto de partida seja um ovo, meio ovo ou dois ovos, isso em nada altera o ponto de chegada. Tudo dista igual dos fins, daí equifinalidade.

O historicismo alemão na vertente neokantiana privilegia a cultura e os valores como sendo aquilo que engendra o sistema social. Em Marx é o sistema social que engendra a cultura e os valores. Por quê? Porque é impossível ter cultura ou valores antes ou fora do pro-

cesso de hominização, vale dizer, antes do homem existir. Para existir é necessário comer, morar e amar. O homem precisa se autoreproduzir e fazer outros homens e, para isso, é preciso trabalhar. Trabalhar significa transformar a natureza e para isso é necessário criar os instrumentos do trabalho, isto é, os meios do trabalho. É no trabalho que o homem se identifica como homem. A natureza portanto não existe fora do processo de hominização. É por isso que falar em ciências da natureza é a um só tempo falar em ciências históricas, donde se pode apreender a afirmação de Marx de que só existe uma ciência, a ciência da história. Marx supera aqui a querela metodológica do neokantismo que opõe rigidamente ciências naturais versus ciências sociais, mas o faz diferentemente da superação hegeliana de Benedetto Croce. Se Croce afirma que tudo é história porque Hegel assim o ensinou, Marx acrescentará: história dos homens reais.

4. BIBLIOTECONOMIA E MÉTODO CIENTÍFICO

No método científico o sujeito está separado da realidade e a objetividade é a observação atenta e rigorosa da realidade. O bibliotecário observa atenta e rigorosamente os usuários, os catálogos. O cientista de informações observa atenta e rigorosamente o fluxo de informações das comunicações. Ambos são capazes de mil abstrações. Elaboraram leis. Fazem relações. As novas relações permitem reelaborar as leis que agora abrangem novos fatos, sempre num processo permanente de aproximação à realidade, bem ao gosto do neokantismo. Não é Bachelard que com as categorias de ruptura, processo e vigilância propõe o movimento eterno de aproximação do sujeito ao objeto? Tudo isso está parcialmente correto. Mas a atitude de aproximação do sujeito ao objeto já

deixa antevers a irredutibilidade de ambos. Um não se reduz ao outro. E outra vez caímos no abismo neokantiano entre natureza e história. Parece que a natureza é teimosa e o homem não consegue mudar-lhe o curso. Ele tem que correr atrás da natureza. Atrás das leis exponenciais da informação. E como se o homem fosse impotente e incapaz para ditar os rumos da natureza, não lhe cabendo nenhum outro papel que não o de conformar-se ao fluxo inexorável das informações. Não é necessário mencionar as elites e o elitismo das ciências espelhado nas leis bibliométricas para mostrar o imobilismo com que se coloca o cientista de informações em face de seu objeto. A ciência da informação entende e estuda a informação como uma categoria fechada, imóvel, fixa. O cientista da informação também se percebe imutável e imobilizador. É imutável quando mostra-se insensível às elites culturais, construindo a sua ciência de forma a perpetuar as elites das ciências. De intelectual orgânico das elites culturais, o cientista de informações precisa vislumbrar o seu papel de organizador da nova cultura, onde as elites desaparecem para que a grande massa de simplórios ascenda a uma filosofia de vida superior, porque organizada, coerente, crítica. Tarefa para muitas gerações.

5. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ECONOMIA NEO-CLÁSSICA

A Ciência da Informação encontrou na economia neo-clássica do século passado um dos seus aportes principais. A regra 80/20 da distribuição de estoques e da distribuição de renda acontecia também na distribuição da informação. Várias vezes Solla Price menciona a curva de Pareto em **O Desenvolvimento da Ciência** como sendo a «nossa curva de Pareto», isto é, a curva de Pareto da Ciência da Informação. Aquilo que todos têm dito

dá no mesmo: a distribuição da informação não é simétrica, não é equitativa. Simetria lembra igualdade, isto é, metade para cada lado. Cinquenta por cento? Não. A regra chama-se «the eighty/twenty rule», isto é, 80 para uns e 20 para outros. Essa distribuição em nada se parece com a curva normal, pois a normal é simétrica e dá a noção de média porque a maioria fica no ponto médio. Na distribuição da informação, como também na distribuição de renda, a elegância do chapéu da curva normal desaparece. As abas do chapéu não são mais equitativas. A curva da distribuição de renda, como também a curva da distribuição da informação, traçam ainda um chapéu, mas não tão elegante, porque um lado fica sem aba e acaba de repente.

Sobre essa curva assimétrica, Pareto assim se pronuncia: «Esses resultados são notáveis. É absolutamente impossível que sejam devidos somente ao acaso. Não há dúvidas de que existe uma causa que produz a tendência das rendas para se dispor segundo uma curva determinada. A forma dessa curva parece depender muito pouco da diferença de condições econômicas, pois os efeitos são mais ou menos os mesmos em países cujas condições econômicas são tão diferentes entre si quanto a Inglaterra, a Irlanda, a Alemanha, cidades italianas e mesmo o Peru» (14). Faltou a Pareto historicizar os seus resultados que, em sua maioria referem-se à distribuição de renda de países europeus do século XIX, um século de consolidação dos ideais conservadores. Mas, falar em burguesia ou classes sociais no pensamento econômico neo-clássico, resulta sem sentido porque, para Pareto, «a desigualdade da distribuição das rendas parece depender, portanto, muito mais da própria natureza dos homens do que da organização econômica da sociedade. Modificações

profundas nesta organização poderiam ter pouca influência no sentido de alterar a lei da distribuição de renda» (15).

Temos aí uma jóia exemplar do pensamento conservador. Natureza dos homens? O que será que Pareto quer dizer com isso? Não haveria aí um certo irracionalismo? Algo, como a própria natureza, imponderável, inexplicável? Esse algo serviu de suporte para toda a «geração 90»: Freud e o inconsciente, Weber e a sociologia do carisma, Jevons e a economia neo-clássica. Jevons foi o mentor da teoria do valor-utilidade que Pareto veio aperfeiçoar. Na psicologia, na sociologia e na economia havia um elemento novo até então não estudado pelas ciências: o não objetivável, algo que está atrás da razão: o irracional. Reconhecer essa irracionalidade como algo que faz parte da realidade objetiva dos homens é louvável e constitui a riqueza da contribuição desses pensadores. Dotar essa irracionalidade de poder absoluto que explicaria a razão de ser de cada época histórica é privilegiar o irracional em detrimento da razão. Disse bem o prof. Chasin (16): «São águas para o capital».

Adam Smith, David Ricardo e Marx de um lado, compondo a economia clássica. Jevons, Walras, Pareto do outro lado, compondo a economia neo-clássica. Jevons é contemporâneo de Marx e é autor do slogan «abrir bibliotecas é fechar prisões». O que diferencia esses economistas é a teoria do valor. Para Smith, Ricardo e Marx, o valor da mercadoria é dado pelo trabalho nela incorporado. Para os economistas neoclássicos, o valor da mercadoria é dado pela procura de mercado. O valor depende da preferência do consumidor, daí teoria do valor-utilidade (por isso subjetiva, porque depende das preferências individuais).

Ora, toda a contribuição de Marx foi mostrar que a exploração entre os homens se dá na esfera da produção. Como os neo-clássicos ignoram a produção, analisando somente a circulação, isto é, o jogo da oferta e procura, ignoram também a origem da exploração econômica, preferindo justificar a exploração pela categoria do irracional.

Teria Marx descuidado da circulação?

Claro que não. É que para Marx a demanda efetiva é apenas em parte uma questão do desejo dos consumidores. E isso é válido também para as coleções das bibliotecas. A procura já é determinada pela distribuição de renda. Se o valor da mercadoria depende dos interesses individuais, há que pressupor uma distribuição de renda justa para que todos tenham a chance de acessar igualmente, quer os produtos, quer os livros. Sendo esse um pressuposto falso, não há como fugir da esfera da produção.

«A geração 90» como a chamou Nelson Mello e Souza (17) não nega a exploração econômica. Apenas a reputa inevitável, donde a sociologia liberal de Vilfredo Pareto que defende a inevitabilidade das elites. A ciência da informação não nega a exploração cultural. Apenas a reputa inevitável. Dizer que em qualquer estoque há uma parte mais utilizada que as demais está correto. Na padaria há um pão que sai mais do que os outros. Esta é uma regra de estoques inquestionável. Assim também nas bibliotecas. Bradford está correto: a distribuição da produtividade de revistas científicas é legítima, mas a produtividade de pessoas e idéias é que merece mais cuidado. Quando uma idéia sai mais do que as outras (um autor, um grupo de autores), aí é necessário verificar até que ponto essas idéias são representativas

das necessidades da maioria. Se assim for, não há porque falar em elites como algo que se sobrepõe às maiorias. Ninguém vai contestar a legitimidade das vanguardas. Contestar-se-á e, veementemente, a imposição das elites.

Librarianship and Information Science.
Philosophical demarcations.
Neokantism and neopositivism.
Reason In History. The unity of methods
in neokantism, neopositivism, sistemism
and marxism. Presuppositions of
methodological currents. Librarianship
and scientific method.

BIBLIOGRAFIA

1. ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia.** Portugal, Ed. Presença 14 v.
2. BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas.** Petrópolis, Vozes, 1977.
3. BORKO, Harold. **Information science. What is it?** American Doc., 19(1):5-10, 1968.
4. BROOKS, B.C. **A new paradigm for information science?** The Information scientist. 10(3):103-11 sept., 1976.
5. CHACUR, Alice. **A construção do objeto no serviço social.** São Paulo, Cortez, 1983.
6. GOFFMAN, William. **Information science: discipline or disappearance.** ASLIB PROC. 22(12):589-95, Dec., 1970.
7. GOLDMAN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia.** São Paulo, Difel, 1979.
8. GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro, Graal, 1980.
9. MARX, Karl. **A Ideologia alemã.** Portugal, Editorial Presença, s.d.
10. —————. **Obras escolhidas.** São Paulo, Alfa-Omega, p.208.

11. MOSTAFA, Solange P. Bachelard e Marx: o livro de Alice Chacur em debate. *Reflexão*. PUCCAMP, 9(29):133-43, maio/ago, 1984.
12. POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1972. p. 51.
13. SARACEVIC, Tefko. *Systems, process and models*. mimeo. 7 p.
14. PARETO, Vilfredo. *Écrits sur la courbe de la répartition de la richesse*. Paris, Librairie Droz, 1965 p. 5
15. Idem p. 7
16. CHASIN, José. *Anotações de aula*. Curso de especialização em filosofia. Niterói, UFF, 1985.
17. MELLO & SOUZA, Nelson. *Dialética do irracionalismo; Pareto e seu confronto com Marx*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 140.